

Cidade mundial, domínios e fronteiras

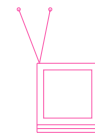
Nesta aula, vamos verificar que a **industrialização recente** foi consolidada por uma forte participação do Estado em um processo que ficou conhecido como **modernização conservadora**. Veremos como esse processo marcou profundamente a organização espacial do território nacional, hierarquizando-o a partir de uma **cidade mundial**, em **domínios e fronteiras**. Tal processo contribuiu pouco para reduzir as disparidades de renda entre as regiões brasileiras, resultantes do ritmo de **desenvolvimento desigual** na acumulação de riqueza e na geração de renda na economia nacional.



Qual o papel do Estado na industrialização recente no Brasil? O que significa a modernização conservadora e quais seus reflexos na organização espacial da economia brasileira?

Durante o período autoritário – de 1964 a 1985, quando o Brasil esteve sob regime militar – as implicações políticas da estrutura espacial foram levadas ao extremo, num momento em que o espaço tornou-se instrumento e condição da modernização conservadora.

A gestão estatal do território foi principalmente estratégica, envolvendo não apenas sua administração em termos econômicos, mas também as relações de poder. Entre 1955 e 1970, a política regional procurou identificar-se com a construção da nação. A macro-região foi a escala considerada ótima, tanto para promover a unificação do mercado nacional como para a centralização do poder governamental. Na década de 1970, os grandes projetos administrados pelas empresas estatais substituíram a política regional por novos ajustes com os grupos que detinham o poder nas regiões.



No Brasil, o *status* de país de industrialização recente – conhecido também pela sigla em inglês NIC (New Industrialized Country) – foi alcançado a partir de 1970 pela **modernização conservadora** conduzida pelo Estado, que produziu transformações significativas na economia sem romper com a ordem social hierarquicamente organizada.



A gestão autoritária do território foi um instrumento essencial para criar **fronteiras**, isto é, áreas onde se conquistavam novas terras e se produziam mudanças aceleradas; garantir os **domínios**, ou seja, territórios controlados por oligarquias solidamente estabelecidas, e consolidar uma **cidade mundial** – São Paulo – como lugar que estabelece ligações com a economia mundial.

□ Oligarquia: governo de poucas pessoas que pertencem ao mesmo partido, classe ou família, e que compartilham os mesmos interesses.

A **fronteira** não se resume a uma vasta extensão de terras sem dono a ser explorada por homens também – pretensamente – livres, tampouco representa um determinado tipo de periferia dependente de um centro. Ela é um espaço econômico, social e político que não está plenamente organizado e tem a capacidade de gerar novas realidades.

Os **domínios** são áreas consolidadas, com estruturas políticas relativamente estáveis, mantidas por alianças com interesses locais e regionais que participam diretamente do núcleo de poder político, e que deram sustentação ao projeto de modernização conservadora.

Assim, perpetuaram-se formas tradicionais de propriedade da terra e de controle do comércio, graças a toda sorte de instrumentos políticos que garantem privilégios adquiridos e criam barreiras à entrada de novos concorrentes.

Fronteiras e domínios são articulados, ou seja, criados e postos em prática pela cidade mundial, que, em países de industrialização recente, é, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, centro de gestão, de acumulação de capital em escala mundial e núcleo de comando de uma vasta rede urbana que conecta a multiplicidade de lugares existente no Brasil.



A política territorial do Estado manteve domínios, expandiu fronteiras e fortaleceu a cidade mundial. Como exemplo de **manutenção de domínio**, a persistência da questão regional no Nordeste; da **expansão de fronteira**, a configuração de uma imensa fronteira de recursos no Norte e Centro-Oeste e de **fortalecimento da cidade mundial**, a conformação de um vasto complexo urbano-industrial comandado por São Paulo.

Um balanço desse período recente mostra que, apesar da intervenção direta do Estado, persistem na economia nacional os mecanismos geográficos que levaram ao **desenvolvimento desigual** das regiões brasileiras. E as desigualdades resultam do ritmo diferenciado de acumulação da riqueza e de geração da renda, nas diferentes parcelas do território nacional.

A análise das grandes regiões brasileiras, que utiliza a classificação definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em **Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste**, é útil para um primeiro contato com as mudanças recentes ocorridas no Brasil, que revelam a situação atual na distribuição territorial da riqueza e as desigualdades regionais na divisão social da renda.



DADOS BÁSICOS SOBRE AS MACRO-REGIÕES BRASILEIRAS						
Região	Área (1.000 km ²)	Área (%)	População -1991 (1) Milhões de hab.	População -1991 (1) (%)	Renda - 1985 (2) (milhões de US\$)	Renda - 1985 (2) (%)
Norte	3.864	45,4	10.146	6,9	8.828	4,3
Nordeste	1.546	18,2	42.387	29,0	27.511	13,5
Sudeste	925	10,9	62.121	42,6	118.139	58,3
Sul	578	6,8	22.080	15,1	35.914	17,7
Centro-Oeste	1.593	18,7	9.420	6,4	12.667	6,2
Brasil	8.506	100,0	146.154	100,0	203.059	100,0

(1) Dados preliminares do Censo Demográfico de 1991 (FIBGE, 1992).

(2) Dados básicos das Contas Nacionais – Renda Interna por Unidade da Federação (FIBGE, 1991).

A industrialização foi responsável pela maior concentração de população e de renda no Sudeste. Sua integração com o Sul já era importante desde o início do desenvolvimento industrial, por causa do fornecimento, pelo Sul, de alimentos e matérias-primas agrícolas.

O Nordeste, a segunda região mais populosa, ainda é a área mais pobre do país, com uma participação na renda nacional inferior à metade de seu peso demográfico, isto é, de sua grandeza populacional. A integração do Nordeste ao Sudeste é um processo que se completa na década de 1970 pela intervenção planejada do Estado.

O Centro-Oeste iniciou, de fato, seu processo de integração com a fundação de Brasília, em 1960. Sua rede de infra-estrutura viária facilitou a expansão da soja, cultura agrícola que “abriu” os cerrados e integrou definitivamente o Centro-Oeste ao mercado nacional, na década de 1980.

O Norte, que abrange a grande Planície Amazônica, é ainda uma imensa superfície florestada e um imenso vazio demográfico. Os esforços de ocupação dessa área, realizados a partir da década de 1970 com a abertura de rodovias que partiam de Brasília, permitiram o crescimento populacional em manchas na borda sul da grande massa florestal. Entretanto, a atividade econômica ainda é em grande parte dispersa ou, então, concentra-se ao longo de poucos eixos que partem de cidades encravadas aqui e ali, e ao longo dos rios e rodovias.

Os grandes projetos agropecuários e mineradores instalados a partir da década de 1970 na Amazônia seguem basicamente esse padrão, mesmo em Carajás, a grande província mineral da região, onde a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é o elemento de integração do território sob seu controle com o mercado mundial.

Dessa maneira verificamos que, apesar da forte intervenção do Estado, o ritmo de desenvolvimento desigual é o responsável pelas disparidades entre as regiões brasileiras, o que resulta em uma grande concentração de pessoas, investimentos e informações na área geoeconômica comandada pela cidade mundial, São Paulo, conhecida também como o **Centro-Sul**, que veremos na aula a seguir.



Nesta aula você aprendeu que:

- no Brasil, o status de **país de industrialização recente** foi alcançado pela **modernização conservadora** conduzida pelo Estado;
- a gestão autoritária do território produziu **fronteiras**, garantiu **domínios** e consolidou a **cidade mundial**, lugar que estabelece ligações com a economia global;
- a industrialização foi responsável pelo desenvolvimento desigual da economia nacional, pois estimulou uma maior concentração de população e de renda no **Sudeste**. A região está integrada com o **Sul**, especialmente porque este lhe fornece alimentos e matérias-primas agrícolas;
- o **Nordeste** ainda é a área mais pobre, com uma participação na renda nacional inferior à metade de seu peso demográfico;
- o **Centro-Oeste** iniciou, de fato, seu processo de integração com a fundação de Brasília, em 1960;
- o **Norte**, que abrange a grande Planície Amazônica, é ainda uma imensa superfície florestada e um imenso vazio demográfico.



Exercício 1

ÁREA TERRITORIAL E POPULAÇÃO NAS REGIÕES BRASILEIRAS		
Regiões	Porcentagem do território	Porcentagem da população
1	45,4	6,9
2	10,9	42,6
3	6,8	15,1

Considerando os dados apresentados, identifique qual das alternativas abaixo contém, corretamente indicadas, as regiões brasileiras que substituem os números 1, 2 e 3 na ordem da tabela.

- a) Centro-Oeste, Nordeste e Sul;
- b) Centro-Oeste, Sudeste e Sul;
- c) Norte, Nordeste e Sudeste;
- d) Sudeste, Sul e Nordeste;
- e) Norte, Sudeste e Sul.

Exercício 2

Na região Centro-Oeste, do ponto de vista das características geoeconômicas, quais são os fatores que permitem definir essa unidade espacial? Assinale as respostas falsas e as verdadeiras.

- a) alta concentração de população e de renda;
- b) intensa aplicação de capital na agricultura;
- c) comunicação precária por rodovias com o resto do país;
- d) economia principalmente voltada para a exportação.

Exercício 3

A região Sudeste é a mais desenvolvida do país, concentra mais da metade da população absoluta do Brasil, mais de 60% da renda nacional e tem o maior complexo industrial da América Latina. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Esse progresso é explicado pelo grande fluxo de capital acumulado na fase áurea da mineração no interior de Minas Gerais.
- b) Isso ocorre devido ao seu potencial energético e à disponibilidade de mão-de-obra vinda de outras regiões do país.
- c) Embora tenha áreas pobres e grande número de favelados nos mais importantes centros urbanos, apresenta o menor índice de desemprego rural e urbano do país.
- d) Apresenta os mais bem-equipados portos do país, como o de Santos, no Estado de São Paulo, e o de Tubarão, no Espírito Santo.
- e) O crescimento econômico do espaço regional foi favorecido pela boa infra-estrutura dos transportes, com destaque para as rodovias que ligam diferentes áreas de produção da região.